

Sarney só exige "reciprocidade"

O presidente José Sarney contestou a versão de que esteve disposto a formar um bloco parlamentar na base do fisiologismo, sustentando que não é de seu estilo fazer política na base da barganha de cargos e favores. Numa conversa com parlamentar de sua absoluta intimidade, o Presidente disse que apenas exige reciprocidade dos que têm participação na máquina do Estado através da designação de pessoas de seu grupo para cargos de confiança.

Sarney também negou que José Maria Monteiro tenha sido desnomeado para a Delegacia da Receita Federal em São Paulo por ter sido indicado pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Na verdade, quando determinou ao ministro Bresser Pereira que cancelasse a nomeação, nem sabia que Monteiro tinha sido indicação de Covas. Atendia ao princípio de que cargo técnico deve

ser suprido por técnico, sobretudo em repartição como a Receita, que controla declarações de rendimentos.

O Presidente disse a esse respeito de sua confiança, ontem pela manhã, que alguns deputados federais e estaduais de São Paulo protestaram contra a nomeação de um político, argumentando que não desejariam ver suas declarações de rendimentos, suas contas pessoais, rebuscadas por políticos.

Sarney negou qualquer teor político no gesto, informando que Mário Covas tem pessoa de sua confiança como diretor da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa).

COVAS

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, afirmou ontem que continua apoiando o Governo, porque seus compromissos são com a transição democrática, não re-

velando qualquer tipo de ressentimento pela desnomeação de seu indicado, José Maria Monteiro, para delegado da Receita Federal em São Paulo.

Covas manifestou, contudo, sua discordância com o método empregado pelo Presidente para obter apoio no PMDB através de uma cisão no partido. Ele está certo de que Sarney conseguiria o apoio do PMDB através do entendimento, inclusive da facção ideológica, sem a necessidade de construir um bloco à parte, criando ressentimentos no partido.

Ele não acredita na durabilidade de uma aliança que se construa à base de troca de favores ou de puro fisiologismo. Os que concordam em entrar nessa roda-viva estão sempre dispostos a cobrar mais favores quando não a reclamar dos que foram concedidos a outros dos seus companheiros, disse Covas.

Duque critica ação do Planalto

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Ant'Anna (PMDB-BA), teria 10 mil cargos públicos para negociar com os parlamentares a fixação do mandato do presidente José Sarney em cinco anos, enquanto o Serviço Nacional de Informações estaria relacionando os governadores, numa escala de 5 a 10, de acordo com o número de constituintes que são capazes de aliciar para o Palácio do Planalto.

Pelo menos é o que "dizem", segundo revelou ontem, da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR), num desaba-

fo contra a política de distribuição de cargos públicos entre os políticos que apóiam o Governo e a consequente destituição dos que hoje os ocupam e fazem oposição. "Vem aí uma nova prática de sociologia maranhense: compra e vende, dá ou desce", acrescentou.

O deputado paranaense não foi o único peemedebista, partido ao qual é filiado o presidente Sarney, que comentou o revanche da Presidência da República. José Mendonça de Moraes (MG) ressaltou que "ser Governo na hora de indicar pessoas e ser contrário na

hora de aparecer nas manchetes de televisão, nas manchetes de jornais, nada mais é do que simplesmente uma convalidação".

Segundo o deputado mineiro, "a reciprocidade que os jornais estão dizendo ser exigida pela Presidência, nada mais é do que uma lógica em termos de política" e máxima de que "quem não está comigo está contra mim" não é de hoje: "Está no Evangelho, na história e no Brasil atual". Adiantou, ainda, que "quem vestiu a camisa, honre a camisa; caso contrário, fique despido dela e vista a camisa que quiser".



Lula e Prestes, no Congresso da CUT, falam em nova greve contra recessão

CUT prepara greve contra a recessão

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai tentar deflagrar uma greve geral até o mês de julho como forma de pressionar o Governo a deter a recessão econômica em curso no País e a Constituinte a aprovar os projetos do interesse da classe trabalhadora. A informação foi prestada ontem pelo dirigente bancário Jaques Oliveira Pena, membro da Executiva Nacional da CUT, durante a abertura do II Encontro da CUT-DF, realizada no Centro de Convenções.

Cerca de 400 militantes cutistas estiveram na abertura do encontro, representando 400 mil trabalhadores brasileiros, aproximadamente, segundo os dirigentes. "O trabalhador do DF é a grande força de pressão que o movimento sindical tem sobre o Governo e o Parlamento", afirmou Jaques Pena. Na sua opinião, a recessão econômica já está avançada no comércio e na indústria e é grande a preocupação com o desemprego. A causa principal da recessão, na avaliação da CUT, é a dívida externa. Portanto, o objetivo da entidade é tentar a unificação da luta contra o pagamento aos credores externos com todas as forças democráticas do continente latino-americano.

As estrelas do presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, e do ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, brilharam no encontro

da CUT. Embora concordem que só a mobilização dos trabalhadores levará o País à democracia e ao socialismo, Lula e Prestes têm perspectivas de tempo diferentes. Lula acredita que o povo virá a Brasília já durante os trabalhos da Constituinte para pressionar os parlamentares. Prestes acha difícil a mobilização popular: "a massa está desiludida e não acredita mais nem nos revolucionários".

SARNEY

Mas os dois líderes voltam a concordar nas críticas que fazem ao presidente Sarney. "O que ele quer? Dissolver a Constituinte? Vivemos um momento perigoso. Em vez de equilibrar as finanças, ele distribui verbas aos seus correligionários", dispara Prestes. "Sarney fala pelos militares, mas eu acho que as diretas são irreversíveis, porque a sociedade não o deseja mais", completa Lula.

O que falta ao movimento popular para enfrentar o Governo? Segundo Prestes, falta um desenvolvimento cultural maior, de que são carentes, inclusive, as lideranças. "O Lula e o Brizola não têm Marx. O povo não tomará o poder enquanto não tiver consciência proletária", acrescenta. "Não sinto falta de Marx. O trabalhador é claro, precisa se informar o máximo possível, porque foi atrofiado intelectualmente pelo regime militar", rebate Lula.

Camata, agora líder informal do Governo

O senador Gerson Camata (ES) foi incumbido pela liderança do Governo na Câmara de recolher no Senado as assinaturas de apoio ao Centro Democrático, hoje contabilizadas em mais de 20 nomes. Mas ao contrário da indicação de Carlos Sant'Anna, o Presidente da República não pretende indicar nenhum senador para seu líder, porque acha que como integrante da casa tem laços de amizade suficientes para ele próprio tecer sua base de sustentação por contatos diretos com cada um dos senadores. Camata é um líder informal.

O trabalho do senador Gerson Camata tem sido facilitado pela ajuda de alguns peemedebistas desde que assumiu a liderança informal do Governo, como deverá permanecer. O ex-lder Alfredo Campos é o segundo signatário do apoio ao Centro Democrático, mas nega que esteja na linha de frente desse movimento, algo que Camata confirma.

Segundo Camata, da metade dos 46 integrantes da bancada do PMDB no Senado está afinada com os propósitos do chamado grupo moderado do

PMDB. "Afinal", lembra, "somos Governo e temos que apoiar o Presidente para que ele adote as medidas necessárias para resolver a crise, que é econômica". O senador capixaba concorda com a argumentação de que não deve ser oficializado na liderança do Senado porque o Presidente tem amizade com muita gente na casa e se escolhesse alguém acabaria ferindo susceptibilidades, chegando até a gerar problemas na costura da sua base de sustentação.

Não tenho tempo para ligar aos senadores que ligam ao meu gabinete pedindo para assinar o documento do Centro Democrático — revelou Camata. De acordo com o senador, o manifesto condensa a forma de ação da cúpula do PMDB, porque adotou como norma falar pelo partido sem consultar seus integrantes nem as bancadas. "O PMDB", enfatiza, só toma decisões na hora de eleger Fernando Henrique e Ulysses Guimarães: no meio os ministros mas depois lhes nega apoio. Isso tem que ser alterado e o partido precisa assumir sua condição de Governo — assinala Camata.

Maurílio pede o adiamento da convenção

O coordenador da bancada peemedebista de Pernambuco, Maurílio Ferreira Lima, amigo do governador Miguel Arraes, comunicou ontem ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que vai formalizar um adiamento da convenção nacional do partido, convocada para os dias 13 e 14 de junho, porque verificou que por "trás do discurso de Sarney há forças interessadas em acender fogueiras" e interromper o processo democrático.

"A crise política foi consideravelmente agravada pelo discurso do Presidente na televisão. Não vamos por lenha na fogueira dos outros", acrescentou Maurílio Ferreira Lima, informando que outras bancadas, como as da Bahia, Minas e Rio Grande do Norte, se inclinam em favor da tese do adiamento.

Os políticos andam desconfiados "do tom hierárquico e cronológico" do pronunciamento do Presidente na televisão. E Maurílio lembra que a convenção poderia se constituir num fato político capaz de agravar a crise, "que já foi agravada com a demissão do ministro Dante de Oliveira do Ministério da Reforma Agrária".

Delegados do PMDB estão sob suspeita

Manaus — O secretário-geral do Diretório Regional do PMDB, Mirabeau dos Santos, apresentou ontem uma lista de 12 delegados à Executiva Nacional do partido, que está sendo colocada em dúvida. O ex-deputado federal Raul Bittencourt, cujo nome figura na lista, disse que se desligou do partido em novembro do ano passado, enquanto o ex-deputado José Maria Monteiro, que já foi convocado para votar na convenção dos dias 13 e 14 de junho, em Brasília, não consta nessa relação.

Coincidentemente, a maioria dos nomes que compõem a lista apresentada por Mirabeau dos Santos está ligada ao governador Amazonino Mendes ou ao ex-governador Gilberto Mestrinho, que defendem o presidencialismo e um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Além de Raul Bittencourt e de José Maria Monteiro, um outro "convencional" mencionado por Mirabeau, Francisco Antônio Marques da Cunha, tomou um susto quando lhe foi perguntado qual seria a sua posição na convenção nacional do partido em torno do mandato presidencial e da forma de governo. Francisco Marques deu a entender que ainda não sabia que figurava como delegado do partido na convenção.

Monteiro estranhou o fato de não constar na lista dos convencionais. "Como? Já recebi inclusive a convocação (exibiu um telex) do presidente nacional do PMDB para a convenção de junho".

Raul Bittencourt foi mais enfático: "Não pertenço mais a esse partido".

Líder adverte PMDB para futura derrota

"Ilude-se o PMDB de que com uma eleição precoce ele sairá vitorioso das urnas, como aconteceu no ano passado" — comentou ontem o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, ao informar que faltam apenas entre 20 e 25 constituintes para que o Centro Democrático conquiste a maioria dentro da bancada do PMDB. Com ela quer fazer prevalecer a tese de cinco anos de mandato para o presidente Sarney, mesmo que isso represente uma negociação em torno da mudança do sistema de governo. "Esse período mais longo" defende — "é indispensável à recuperação econômica que ajudará depois o partido a manter sua preferência popular".

Indagado o que fará com essa maioria, que dentro do PMDB e na Constituinte serve para inviabilizar a aprovação de propostas mas não para aprová-las

sozinha, o líder governista gosta de contar uma história baiana, bem longa, mas que resume-se na palavra *misture-se*. Ou seja, quer somar-se a expressiva parcela do PFL e dos pequenos partidos como PTB, PL e PDC, ainda que nesse momento as lideranças desses três últimos reajam a essa colocação. E, depois, será pagar para ver.

Há alguns dias, Carlos Sant'Anna passou a falar mais forte em relação àqueles que vêm sua liderança desgastada e fora de propósito. Foi depois que conseguiu remeter para a convenção a decisão sobre o mandato presidencial, certo de que até o dia 13 terá sua maioria assegurada, portanto, em condições de enfrentar aqueles que querem cortar um pedaço do mandato presidencial.

"Afinal", assinala, "uma eleição precoce é péssima para a estabilidade econômica-financeira por-

que comove o País e o PMDB não ganhará uma eleição dessas, com candidaturas avulsas e uma crise brava. Mas, não é só isso. Sem controle da situação o partido acabaria contribuindo para a desestabilização e comprometendo a transição".

Segundo Carlos Sant'Anna, esse período precisa ser atravessado com segurança e tranquilidade pelo presidente Sarney e não se esgota na Constituinte, como pensam alguns políticos. Isso, no seu entender, pensam alguns dos que apostam no caos. Daí ter se empenhado para aglutinar em torno da liderança do Governo constituintes capazes de aceitar suas ideias, contando até aqui com 110 deputados e 20 senadores. Nas suas contas, além dos 80 que votaram com ele na reunião de bancada, mais 21 que estavam do outro lado pertencem ao grupo.

Raphael: Eleição é mau negócio

Rio — O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, afirmou ontem que não seria uma "decisão inteligente" do PMDB optar por um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Segundo ele, o partido também tem responsabilidade pelo momento de crise econômica pela qual passa o País já que o povo associa a crise a imagem da agremiação e precipitar o processo decisório seria "péssimo para nós".

Raphael de Almeida Magalhães se disse convicto de que o melhor para o Brasil é a realização de eleições diretas para presidente somente em 1989 e lembrou que ele e o presidente do partido, Ulysses Guimarães, vêm defendendo esta posição desde a campanha para a eleição dos governa-

dores, no ano passado. Ao ser indagado sobre a mudança de opinião do presidente Sarney que, quando enviou em 85 a mensagem para o Congresso propondo eleições diretas para a sua sucessão, defendia um mandato de quatro anos, o ministro comentou: "Acontece que a situação mudou muito de lá para cá e não seria conveniente a realização de eleições diretas agora".

Um pouco e nervoso em suas posturas e sem muita convicção, Raphael de Almeida Magalhães disse ainda que Tancredino Neves jamais prometeu a realização de eleições diretas em 1988. De acordo com a versão do ministro, isto não está na carta compromisso e nem é uma promessa da Aliança Democrática:

"De uma vez por todas, precisamos nos conscienti-

zar de que a tradição brasileira recomenda um mandato de 5 anos para presidente e que o momento atual não é próprio para a realização de eleições", enfatizou o ministro.

Raphael de Almeida Magalhães assegurou que não há retaguarda militar para a decisão do presidente Sarney de ficar cinco anos no Palácio do Planalto e classificou esta versão de "inacreditável". Quanto a possibilidade de o Presidente utilizar os 10 mil cargos de confiança que dispõe para fazer acordos políticos, beneficiando aqueles que forem a favor de cinco anos para o seu mandato, o ministro afirmou: "Isto é o óbvio ululante. Se os cargos são de confiança o Presidente tem mesmo que indicar quem ele confia ou fazer acordos para as indicações".

Presidente encerra questão de mandato

O presidente José Sarney afirmou ontem no seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", que considera encerrada a discussão sobre o tempo de duração do seu mandato, e enfatizou que o PMDB e o PFL, partidos fiadores da Aliança Democrática, têm a obrigação de apoiá-lo, e espera também a "compreensão e o apoio" dos outros partidos. Sarney lembrou que comunicou ao País, em seu pronunciamento na última segunda-feira, a decisão de ficar cinco anos no cargo, "para a tranquilidade dos dias que nós vivemos".

O presidente ressaltou que pediu apoio aos políticos da Aliança Democrática e lembrou também que pertence aos quadros do

PMDB, partido que é filiado, citando ainda que é patrono da Frente Liberal. Ele disse que sempre tem sido leal aos dois partidos, e "agora estou pedindo solidariedade deles".

— O que eu desejo não é o poder. Todas as brasileiras e brasileiros sabem que eu não tenho ambição de poder. O que eu desejo é condições para melhor trabalhar, para que possa trabalhar fora das indefinições e das lutas políticas sobre mandatos que prejudicam a Constituinte, prejudicam o povo brasileiro, prejudicam o nosso País e atrasam a solução dos nossos problemas, como o da inflação, da dívida externa e da carestia — disse o Presidente, para encerrar o assunto.

Congresso é pelos 5 anos, diz Chiarelli

Porto Alegre — Ao admitir ontem, em Porto Alegre, que a tendência do Congresso para a definição do período de Governo para a Presidência da República é pelos cinco anos, o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, fundamentou sua opinião no prestígio dos governadores de estados do PMDB, que defendem este prazo, dos presidentes José Richa e Franco Montoro.

Segundo Carlos Chiarelli, como o presidente José Sarney afirmava ser necessário antes equacionar os problemas políticos e como ele mesmo definiu os cinco anos para o Governo, o PFL passou a agir imediatamente apresentando sugestões econômicas ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Figueiredo aplaudido pelo povo em Minas

WILKIE RODRIGUES
Enviado Especial

Tombos (Minas Gerais) — "Deixe a anistia e a abertura política para eles fazerem a democracia no Brasil, mas o que eles fizeram foi uma grande bagunça", disse ontem, magoado, o ex-presidente João Figueiredo, em Tombos, cidade da Zona da Mata mineira, a cerca de 200 quilômetros de Belo Horizonte, numa visita de amizade, conforme ele mesmo frisou, já que não pôde ir à cidade, quando estava na "Residência da República, devido a problemas de agenda, como convidado

do prefeito Marco Aurélio Monteiro de Barros, seu amigo pessoal.

Figueiredo chegou a Tombos às 12h40 de ontem, acompanhado de seu irmão Luís Felipe, que é dentista, e do médico Agenor Valadão, da cidade vizinha de Faria Lemos. Ele desfilou pelo centro da cidade num velho Ford 1931, sendo aplaudido por quase toda a população, que foi às ruas para recebê-lo. Em seguida, almoçou na casa do prefeito Marco Aurélio, do PFL, onde, em conversas com políticos locais, não escondeu sua preocupação com os rumos que o País está to-

mando. "Se arrependimento matasse, não teria dado a anistia e feito a abertura", foi uma das frases mais repetidas pelo ex-presidente.

No meio da tarde, após descansar um pouco na residência do prefeito de Tombos, o ex-presidente João Figueiredo se dirigiu à fazenda de Nélio Rodrigues Martins.

Esta é a primeira visita de Figueiredo a Minas, desde que deixou a Presidência da República. Ele foi a Tombos atendendo a um antigo convite do prefeito Marco Aurélio Monteiro de Barros, para assistir à 11ª Exposição — Feira de Sulinos e Bovinos.